

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**200 ANOS DE
KARL MARX**

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Marcelo Braz

Mauro Iasi

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Ligia Silva Leite

(UERJ), Lilia Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfirio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

Renan Cornette

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 28 n. 2
2018
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 28	n. 2	p. 405-736	2018
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

A imagem da capa é uma edição de Fábio Marinho sobre foto da Unesco.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

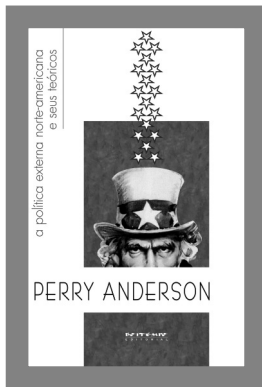
Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA



A política externa norte-americana e seus teóricos

Perry Anderson

TRADUÇÃO Georges Kormikiaris
Editora Boitempo, 2015
1ª Edição

por Luís Eduardo Fernandes

Doutorando em Serviço Social UFRJ e Professor de História do IFSP.

Perry Anderson é um dos mais completos historiadores marxistas vivos no mundo. Anderson também é editor da *New Left Review*; sua vasta obra reúne análises de diferentes processos históricos que vão desde a transição da antiguidade para o feudalismo, passando pelo debate acerca dos Estados absolutistas, os marxismos, a crítica à pós-modernidade, além de questões mais contemporâneas, como estudos sobre o neoliberalismo e os BRICs. Mais recentemente, lançou-se, no Brasil, seu livro *A política externa norte-americana e seus teóricos*.

O livro é resultante de uma série de ensaios produzidos no Instituto de Estudos Avançados, em Nantes, publicados pela primeira vez na revista *New Left Review*. Esse trabalho se concentra em tecer uma análise sobre o chamado sistema imperial norte-americano, principalmente pós-Segunda Guerra Mundial.

O historiador inglês se propõe com êxito a cumprir dois grandes objetivos ao longo do seu livro: 1) Realizar um exame crítico da produção bibliográfica dos intelectuais orgânicos da política externa norte-americana, valendo-se do debate contemporâneo, longe de ser monolítico, entre esses formuladores sobre os rumos do sistema imperial norte-americano. 2) Perry Anderson pondera a visão, muito difundida nos meios de esquerda, de uma dita decadência da hegemonia estadunidense no mundo.

Apesar de sobrevalorizar a formulação da política externa norte-americana advinda do aparelho de Estado e pouco relacionar com a própria dinâmica econômica, o livro ensaístico é altamente recomendável. Outra crítica que poderíamos apontar é o tímido espaço que o autor dá ao analisar a política externa norte-americana para a América Latina.

A obra é dividida em duas partes, chamadas de “Império” e “Conselho”. Em “Império”, Anderson se atém a debater os elementos formativos e a consolidação do sistema imperial norte-americano ao longo do século XX. O historiador inglês identifica quatro características definidoras na fase pré-imperial dos EUA. A primeira seria a economia de colonização livre de quaisquer resíduos ou impedi-

mentos feudais da Europa; a segunda seria o território continental estrategicamente protegido de ataques inimigos por dois oceanos, produzindo a forma mais pura de capitalismo no maior Estado-Nação do planeta. A terceira característica definidora seria a ideia de uma nação que goza de privilégio divino, imbuída por uma vocação sagrada. E a última, também no campo ideocultural, seria a crença, originada na guerra de independência, de que os EUA seriam uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna.

Por mais que os EUA tivessem pretensões expansionistas regionais nas Américas e já contassem com uma gama de teóricos defensores desses interesses, tais como John O'Sullivan, Alfredo Mahan e Broock Adams, o modelo de desenvolvimento capitalista nos EUA era predominantemente endógeno até a Segunda Guerra Mundial. Mesmo ultrapassando o poder industrial inglês e alemão, o comércio exterior dos EUA até a Primeira Guerra Mundial representava cerca de 10 % do PIB. Segundo o autor, apenas com a chegada do presidente Wilson ao poder é que há um ponto de inflexão na política externa norte-americana. Wilson deu voz ao tom messiânico, a cada acorde de presunção no repertório imperial. A religião, o capitalismo, a paz e o poder dos EUA seriam um só.

Segundo Anderson, a crise de 1929 deixou claro que, por mais que as fábricas norte-americanas – as fazendas em menor escala – estivessem relativamente isoladas do comércio mundial, os depósitos dos EUA não estavam isolados dos mercados financeiros internacionais. No entanto, o cenário mudaria durante a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, após o grande conflito. Para os planejadores de Roosevelt, havia duas prioridades de longo prazo. O mundo deveria ser um lugar seguro para o capitalismo em geral e, dentro desse mundo, os EUA deveriam reinar supremos. Esses objetivos muito influenciaram a política dos Estados Unidos no pós-guerra.

Nessas condições históricas, os dois nacionalismos – o isolacionista e o intervencionista – puderam finalmente começar a se fundir em uma síntese durável. Em 1945, com seu território intocado pela guerra, os Estados Unidos tinham uma economia três vezes maior

que a da URSS e cinco vezes maior que a da Grã-Bretanha e controlavam metade da produção industrial do mundo e três quartos das suas reservas de ouro. Em Bretton Woods, berço do FMI e do Banco Mundial, o governo britânico foi obrigado a abandonar a política de preferência imperial, e o dólar foi estabelecido como mestre do sistema monetário internacional, a moeda de reserva à qual todas as outras tiveram que se atrelar para fixar preços.

Mesmo assim, principalmente após a ascensão de Truman à presidência, a política externa norte-americana passou a ter como principal valor a questão da segurança e contenção do perigo vermelho. O principal formulador da doutrina de contenção foi George F. Kennan. Perry Anderson faz questão de demonstrar a proximidade desse intelectual com regimes fascistas como o Salazarismo, seu pouco apreço pela democracia e pelos direitos civis e seu radical anticomunismo. Kennan foi um dos mais influentes formuladores de política externa nos EUA, durante a Guerra Fria. Essa doutrina foi traduzida para a opinião pública e popular como uma questão de segurança nacional.

Por meio da Lei de Segurança Nacional, criou-se todo o aparato institucional do imperialismo norte-americano. No início de 1947, surge o Departamento de Defesa, o Estado-Maior Unificado, o Conselho de Segurança Nacional e a Agência Central de Inteligência (CIA). Em torno desse complexo institucional, desenvolveu-se a ideologia permanente de segurança nacional que preside o império norte-americano até os dias de hoje – uma ideologia inerentemente intervencionista e expansionista.

Além da segurança, a “democracia liberal” seguiu sendo um elemento central no discurso oficial norte-americano ao longo da Guerra Fria, por mais que seus dirigentes não se guiassem por esse valor ao combaterem o comunismo. Outro fator político-moral na ideologia imperial dos EUA era a ligação religiosa permanente. Os EUA seriam guiados divinamente para ser um modelo para o mundo. Essa última característica, utilizada por presidentes até os dias atuais, seria mais voltada para a consumação interna do que externa, segundo Anderson.

Perry Anderson analisa também os estudos da escola de Wisconsin, fundada por William Appleman Williams. A escola de Williams, uma das mais críticas ao moderno imperialismo norte-americano, condenava moralmente a marcha imperial dos EUA e colocava os interesses comerciais como determinantes dessa marcha.

Em um dos trechos mais interessantes do livro, Anderson define o Estado norte-americano, durante a Guerra Fria, como guardião universal dos capitais. Ou seja, o Estado norte-americano agiria não primeiramente como uma projeção das preocupações do seu capital, mas como guardião geral do capitalismo, sacrificando onde e pelo tempo necessário o ganho nacional por uma vantagem internacional, confiante em um saldo positivo mais à frente na luta contra a ameaça comunista. Não foram exigências comerciais, mas sim de segurança, que formaram a regra geral da política externa norte-americana durante a Guerra Fria.

Nesse sentido, o principal objetivo norte-americano no imediato pós-guerra era garantir a retomada das economias industriais avançadas da Europa e do Japão com o objetivo de conter o avanço vermelho na região. O plano Marshall foi a grande expressão disso, no geral nessa zona do capitalismo avançado, os objetivos norte-americanos foram alcançados. Foram garantidos vinte anos de crescimento econômico, aumento nos padrões de vida e a conversão desses países em prósperos protetorados dos EUA.

A supremacia militar dos EUA também era evidente. Os EUA tiveram 4 anos de monopólio da bomba atômica, em 1960, tinham 375 bases de grande porte e 3 mil instalações militares de menor porte, cercando o bloco soviético por todos os lados.

Politicamente, além do cerco militar, a estratégia norte-americana era tensionar ao máximo a estrutura de poder soviética, particularmente as relações entre Moscou e os países satélites, fomentando revoltas, guerras econômicas encobertas e guerras psicológicas a fim de incentivar deserções em massa.

Proteger os flancos industriais da Eurásia contra o comunismo e cercar militarmente o bloco soviético eram as tarefas imediatas da

estratégia norte-americana na Guerra Fria. No entanto, a batalha global era mais ampla. Nesse sentido, o chamado terceiro mundo foi dividido em quatro zonas. 1) Extremo Oriente; 2) Oriente Médio; 3) América Latina; 4) África.

Enquanto nos países de capitalismo avançado, os pressupostos do *script* imperial dos EUA eram aceitos com relativo consentimento, no terceiro mundo isso não ocorreu. O nacionalismo terceiro-mundista, em muitos casos, se converteu em um aliado dos comunistas e das lutas anti-imperialistas. Nesse sentido, mais importava para os EUA ter governos e movimentos anticomunistas e favoráveis aos negócios no terceiro mundo do que governos liberais e democráticos. Golpes de Estado, massacres, guerras, sanções econômicas e outros métodos mais sórdidos são analisados e denunciados por Perry Anderson ao longo do livro.

O historiador inglês também defende que há um ponto de inflexão na política externa dos EUA com Nixon na década de 1970. A concorrência intercapitalista no Primeiro Mundo aumentava cada vez mais com a recuperação econômica da Europa e do Japão. Os EUA viviam uma grande explosão social contra a guerra do Vietnã, a segregação social e racial. O mandato do Estado imperial, além dos requisitos do capital nacional, estava pela primeira vez sob pressão.

De forma unilateral, Nixon descarta o sistema de Bretton Woods, cortando a ligação do dólar com o ouro, impõe um adicional tarifário a todas as importações, aumenta as taxas de juros e decreta um congelamento de preços e salários. No curto prazo, a desvalorização restaurou o impacto competitivo das exportações norte-americanas e, no longo prazo, a desvinculação do dólar do ouro deu ao Estado norte-americano mais liberdade de manobra econômica do que jamais havia tido. Além disso, com Nixon, os EUA se reaproximam da China e atuam no sentido de aprofundar as divisões no bloco comunista. Dali em diante, Rússia e China competiriam por relações privilegiadas com os EUA.

O fim da Guerra Fria encerrou uma época. Os EUA estavam sozinhos como a única superpotência mundial. Nesse sentido, a princi-

pal preocupação norte-americana, em especial durante o governo Clinton, foi desenvolver a ordem de livre comércio como sistema mundial sob comando dos EUA. A Guerra Fria havia deixado alguns resquícios “intervencionistas” e “autoritários” no mundo, e caberia aos EUA restaurar a ordem democrática e liberal por meio do consenso e coerção direta e indireta.

Se antes estavam numa defensiva, nos anos de 1990, Washington pôde passar para a ofensiva. A virada neoliberal havia desregulamentado mercados financeiros internacionais, forçando a abertura das economias nacionais até então semifechadas, e os EUA eram, estrategicamente, os mestres de um mundo unipolar. Anderson também nos oferece uma análise mais recente sobre os governos de Barack Obama.

Na segunda parte do livro, Anderson mais uma vez surpreende e inova ao apresentar uma crítica consistente aos principais estrategistas contemporâneos da política externa norte-americana. Esses estrategistas, *think tanks*, fazem parte de uma elite intelectual que causa um divórcio entre política doméstica e política externa, a fim de subtrair qualquer pressão ou influência popular, salvo os casos das guerras da Coreia, Vietnã e Iraque.

A ascensão da economia chinesa, a recuperação russa, a instabilidade no Oriente Médio, o crescimento de potências regionais e a continuidade de guerras no Afeganistão e no Iraque fazem os intelectuais norte-americanos refletirem sobre como a hegemonia norte-americana ainda pode ser viável.

Longe de ser um bloco monolítico, os *think tanks* norte-americanos concordam que a hegemonia norte-americana continua a servir tanto aos interesses particulares da nação quanto aos interesses universais da humanidade. Para eles, sem a hegemonia norte-americana, fatalmente a desordem global seria predominante. Os intelectuais norte-americanos concordam que, interna e externamente, essa hegemonia carece de reparos e reformas.

Perry Anderson chama a atenção para temas que não são tratados com centralidade pelos estrategistas dos Estados Unidos, como

a desaceleração da produção, o aumento da dívida doméstica, corporativa e pública, entre outros. Faz também menção a autores que trabalham com esses temas e a autores que apontam para o possível desmantelamento do Império. São intelectuais, em sua maioria, marxistas ou críticos contundentes das políticas de Washington.

Anderson ignora os interesses do imperialismo norte-americano e seus intelectuais sobre o continente latino americano. Segundo o autor, as principais discordâncias entre os *think tanks* são Rússia e China. O campo se divide entre os defensores da contenção e os apóstolos da cooptação. Brzezinski defende a política de divisão da Rússia e expansão das bases da OTAN. Para Mandelbaum, a expansão das bases da OTAN em direção à Rússia é uma provocação desnecessária; Kupchan quer atrair a própria Rússia para a OTAN. Quanto à China, Art está disposto a conceder ao gigante asiático uma faixa de predominância do Nordeste ao Sudeste asiático – desde que os EUA continuem a comandar os mares do Pacífico. Para Kagan, a China, assim como a Rússia, é um regime hostil aos EUA e deve ser tratada como tal. Ikenberry, pelo contrário, acha que a China é o grande prêmio cuja adesão à ordem internacional liberal é cada vez mais plausível. Brzezinski pretende utilizar a Rússia para cercar a China a partir do Norte.

Por fim, Anderson encerra o livro com um interessante apêndice com um artigo crítico a Francis Fukuyama, no qual tenta buscar explicações para a mudança da posição de Fukuyama sobre a Guerra do Iraque. Por que o autor de *O fim da história* e *O último homem* oscilou do entusiasmo no momento da decisão sobre a intervenção para uma postura crítica anos depois? Entre os principais motivos apontados por Anderson está o fato de que a “guerra contra o terrorismo” acabou produzindo o efeito contrário ao aumentar os riscos de novos ataques.

Esta publicação foi impressa em 2018 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.